



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001367-88.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Ivan de Jesus Lanzotti**  
 Embargado: **BANCO BRADESCO S/A**

Proc. 4001367-88.2013

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

IVAN DE JESUS LANZOTTI, já qualificado nos autos, ofereceu embargos de terceiro, fundamentado no art. 1046, do CPC, contra BANCO BRADESCO S/A, instituição financeira também já qualificada, alegando, em síntese, que em execução movida pela embargada contra José Vicente Nery (proc. 61/13), foi arrestado o imóvel objeto da Matrícula nº 50.550, no CRI local.

Diz o autor que quando da formalização do arresto, aludido imóvel já lhe pertencia, conforme se depreende do teor do processo nº 1787/2008, que teve curso perante este Juízo e o registro da aquisição somente não aconteceu, em razão da necessidade de re-ratificação do compromisso de compra e venda firmado entre o ora embargante e José Vicente Nery.

Aduzindo, por fim, que a desconstituição do arresto levado a efeito nos autos da execução nº 61/13, em curso perante este Juízo, é de rigor, protestou o embargante pela procedência desta ação.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 07/59).

Regularmente citada, a embargada, no prazo de contestação, concordou com a pretensão do embargante, protestando, no entanto, para que não seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios, visto que não tinha conhecimento de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que o imóvel arrestado pertencia a outra pessoa.

Aduzindo, por fim, que a desídia do embargante, que deixou de registrar a aquisição, deu causa ao arresto, protestou a instituição financeira embargada pela extinção deste feito, com a condenação do suplicante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, face ao disposto no princípio da causalidade.

Sobre a contestação, manifestou-se o embargante a fls. 70.

É o relatório.

**DECIDO.**

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

No prazo de contestação, a instituição financeira embargada veio aos autos e reconheceu o pedido do autor.

A respeito, breves considerações devem ser efetuadas.

Comentando o dispositivo contido no art. 269, inc. II, do CPC, Moniz de Aragão (Comentários ao Código de Processo Civil - II Vol. - Forense - pgs. 552/553) observa que o "julgamento sobre a validade do reconhecimento em si não constitui apreciação da lide, mas apenas do ato do reconhecimento." Prosseguindo, acrescenta que "não contraria o espírito do Código, nem lhe afronta os dizeres, antes a ambos se afeiçoa, admitir que a sentença proferida após o reconhecimento apenas o homologa, declarando extinto o processo, a não ser, é óbvio, que lhe negue a homologação, por não ser o caso."

Não há nos autos e nem foi alegado pelas partes, qualquer empecilho à homologação do reconhecimento de procedência.

Isto posto, forçoso convir, que uma vez reconhecida pela embargada, a procedência do pedido, no que diz respeito ao arresto do imóvel aludido na inicial, pertencente ao suplicante, levada a efeito nos autos da execução nº 61/13, sobre o imóvel objeto da Matrícula 50.550, no CRI local, a este Juízo resta tão somente homologar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

o reconhecimento, abstendo-se de qualquer outro pronunciamento.

No que tange à sucumbência, respeitado o entendimento do douto advogado da instituição financeira embargada, esta deve suportar o pagamento da verba.

De fato, como bem anotado pelo embargante a fls. 70, bastava à embargada a consulta junto ao site do TJSP, para verificar a existência de outras demandas contra o executado José Nery.

Destarte, assumiu o risco ao postular o arresto, sem antes se certificar da real situação do bem.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **homologo, fundamentado no art. 269, inc. II, do CPC, para que produza seus efeitos legais, o reconhecimento da procedência do pedido inicial efetuada pela ré.**

Em consequência, **julgo procedente a ação e declaro prejudicado o aresto efetuado sobre o imóvel objeto da Matrícula nº 50.550, no CRI local, nos autos da execução nº 61/13.**

Transitada esta em julgado, levante-se o arresto ora desconstituído e comunique-se ao CRI, para levantamento da inscrição.

Condeno a embargada ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atribuído a estes embargos.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 25 de março de 2015.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**